



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11400 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM UM CAMPI NO AMAZONAS: COM A PALAVRA OS DOCENTES E DISCENTES

Nara Maciel Falcão Lima - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM UM CAMPI NO AMAZONAS: COM A PALAVRA OS DOCENTES E DISCENTES

Introdução

Diversos autores tais como (DOURADO; LEHER, 2004, ZAGO, 2010) dentre outros, analisam as políticas de Educação Superior no cenário de expansão desse nível de ensino e assinalam a necessidade de tais ações ocorrerem em consonância com o desenvolvimento de outras políticas que possam garantir, de fato, a permanência desse público que chega às universidades, bem como a qualidade na trajetória de formação que irão construir.

A análise do contexto de expansão sinaliza a ampliação das oportunidades de ingresso para uma parcela da população que por muito tempo esteve alijada desse espaço, jovens em condição socioeconômica e cultural de empobrecimento. Em vista disso, vale ressaltar a análise sobre os limites e os desafios que essa inserção certamente tem gerado para aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos no processo.

Neste viés, cabe a análise sobre as variáveis que envolvem a quantidade e a qualidade do acesso à educação superior frente a essa expansão, já que nesse processo, não se deve considerar somente os números que hoje representam a ampliação da participação de jovens de baixa renda, mas também, das melhorias que precisam ser alcançadas no ingresso e na permanência nesse nível de ensino.

O recorte que deu origem a este artigo traz uma abordagem das falas dos

docentes e discentes acerca dos programas e ações de assistência estudantil em funcionamento na unidade à época da pesquisa de campo. A análise tomou por base estudos desenvolvidos pelos autores acima referidos que tratam as questões que envolvem o processo de expansão da Educação Superior. Os dados foram obtidos no mês de março do ano de 2017.

Aportes teóricos e metodológicos do estudo

Estudos de Leher (2004, p. 881) assinalam que no processo de expansão desse nível de ensino foram produzidos alguns novos léxicos no campo da Educação Superior tais como: “produtividade, qualidade, competitividade, flexibilidade, dentre outros”. Analisando esse processo do ponto de vista dos avanços e desafios para a área, Dourado (2013), indica que o crescimento nesse campo, fez-se sentir em todas as regiões brasileiras, disso resultou a criação de novos *campi* fora da sede, em lugares onde não havia a presença de instituições de Ensino Superior, o que por sua vez, possibilitou o aumento do acesso de jovens oriundos de famílias das camadas populares.

A abertura dos novos *campi* causou um significativo impacto às regiões, sobretudo do ponto de vista das famílias que residem no interior do Estado e não possuem nenhuma perspectiva de enviar seus filhos para continuar os estudos em nível superior na capital. Ainda assim, se faz necessário salientar a insuficiente oferta quando se analisa alguns dados do Amazonas tais como o quantitativo de 62 municípios, uma extensão territorial de 1.571.000 km² e a presença de uma única universidade pública federal, que até 2006, concentrava a oferta de cursos regulares somente na capital.

A análise desse cenário realizada à época da pesquisa com base nos dados da PNAD Contínua (IBGE, 2016) sobre a taxa ajustada de frequência escolar líquida de jovens na idade de 15 a 17 anos que contabilizava um percentual de mais de 55%, indicou que mesmo após o processo de interiorização da Universidade ocorrido, principalmente, a partir da adesão das instituições ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, considerando as proporções geográficas que possui o Amazonas, o número de instituições que foram criadas ainda não é suficiente para atender a demanda crescente de estudantes de camadas populares que concluem o Ensino Médio na região.

Um estudo de Zago (2010), sobre os processos de escolarização em famílias de camadas populares residentes na periferia urbana de Florianópolis, analisou a questão das dificuldades enfrentadas por esses jovens para concluir a etapa de ensino obrigatória, destacando o esforço que muitos precisam empreender quando decidem continuar os estudos em nível superior. Tal fato reforça a necessidade de implementação de políticas educacionais que imprimam melhorias nas condições de

oferta e eficiência do sistema escolar como um todo, tendo em vista que a ineficiência na formação em nível básico vai refletir no desempenho dos estudantes que ingressam na Educação Superior.

Admite-se que houve progressos na ampliação do acesso, em contrapartida, como apontam Zago; Paixão e Pereira (2016), o lócus da exclusão deixou de ser no campo do acesso passando a existir no interior do sistema que registra trajetórias de constantes interrupções, retenção e atraso escolar. Como afirmam Neves; Raizer e Fachinetto (2007, p. 219), “a expansão foi bastante expressiva, mas não suficiente para alterar o fato de que, na raiz do problema, persiste a realidade perversa, que só permite que uma fração muito pequena de estudantes se aproxime efetivamente da educação superior”.

É nesse sentido que se faz oportuna para esta análise a crítica tecida por Leher (2004), num estudo onde analisou os pressupostos e as consequências da parceria público-privado. O autor refere-se a algumas das políticas governamentais, a exemplo do PROUNI, como ações que concorrem entre as medidas de expansão da Educação Superior, no entanto, no caso do referido Programa, materializa-se na oferta desse nível de ensino em meio privado subsidiado por verbas públicas. Ainda assim, Leher (2004, p. 259) assinala que “hoje, mesmo num país marcado pela desigualdade, como o Brasil, os dados existentes revelam que mudou o perfil do corpo discente e que as universidades federais não são privilégio de estudantes oriundos das elites”.

Diferente do que ocorre na oferta da Educação Básica, dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2014, registram a predominância da categoria privada que até 2014 somava 87,4% do total de IES contra 12,6% de instituições públicas. Isso resultou num aumento significativo da oferta de novas vagas de ensino superior na iniciativa privada (LIMA, 2018). Por outro lado, verifica-se a criação de novos *campi*, aumento no percentual de matrículas e cursos na esfera pública, com tímidos investimentos em infraestrutura que possam dar suporte a essa nova realidade.

Na análise desses cenários muitos questionamentos se colocam acerca das ações de permanência que, na mesma medida, não acompanharam esse crescimento do número de matrículas na Educação Superior. A ausência ou insuficiência dessas ações tem gerado muitos desafios na trajetória dos jovens de camadas populares que estão conseguindo ingressar nos meios universitários, seja público ou privado. Conforme indica Baroni, as condições parecem sugerir que “[...] a universidade se massificou, mas não se democratizou e continua orientada para as elites” (2010, p. 10).

Na análise dos avanços e desafios alcançados neste campo Dourado (2013),

admite que a consolidação e ampliação com qualidade desse nível de ensino no país, envolve a necessidade de reestruturação em várias ordens, desde a estrutura física das instituições até um conjunto de recursos que precisa ser movimentado em favor do bom funcionamento dos cursos (laboratórios, bibliotecas, número de professores, maior oferta de cursos no horário noturno, etc.), reforçando que a consolidação da expansão pública e de ações afirmativas são fundamentais para a garantia não somente do acesso, mas da permanência desse novo público.

Método

A pesquisa foi orientada pela amostragem não-probabilística intencional ou seletiva que segundo Rojas Soriano (2004) é um tipo de amostragem que embora não seja probabilística, “[...] permite a obtenção de dados relevantes para o estudo”. Todos que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Este recorte traz a análise realizada sobre alguns dos dados coletados junto aos 50 discentes e 5 docentes que participaram do estudo. Com os discentes foi utilizado um formulário seguido da escolha de alguns informantes-chave que participaram do momento da entrevista semiestruturada. Com os docentes, foi aplicado o formulário e realizada a entrevista semiestruturada.

O local selecionado para o desenvolvimento da pesquisa encontra-se entre as unidades que foram criadas no processo de interiorização da Universidade Federal do Amazonas, o *campi* fica localizado em um município do interior do Estado distante da capital 363 km em linha reta e 373 km por via fluvial. Possui um contingente populacional de 83.078 habitantes, conforme estimativa da população residente nos municípios brasileiros referente ao ano de 2015. Sendo 67% urbana; 33% rural; 52,07% mulheres e 47,93% homens.

Discussão e Resultados

Do total de alunos participantes, 66% eram do sexo feminino e 34% masculino. Mais da metade, 64%, estavam dentro da faixa etária entre 18 e 24 anos. Constatou-se uma maioria de estudantes que estavam na faixa etária adequada para o nível em que se encontravam, o que pode ser avaliado como positivo já que indica um relativo aumento do acesso desses jovens que residem em municípios do interior do Estado e não possuem condições financeiras para continuar seus estudos em nível superior na capital.

À época da pesquisa, os dados obtidos junto ao Instituto apresentaram a seguinte configuração em relação aos docentes e discentes vinculados à unidade: 1.303 discentes e 80 docentes efetivos. A respeito desse dado, chamou atenção o fato de que essa realidade de estudantes vinculados ao ensino superior, residentes

no município sede ou vizinhos, não era possível até a implementação desta unidade com cursos permanentes fora da capital.

Sobre a abordagem feita com os 05 docentes, constatou-se entre eles, 02 (dois) do sexo masculino e 03 (três) do feminino; quatro estavam no grupo de idade com mais de 40 anos e somente um entre 30 e 40 anos. Com exceção de um participante, que tinha três anos de vínculo, os demais já eram docentes há mais de sete anos na unidade. Sobre a naturalidade do grupo, verificou-se que dois eram do Amazonas e os demais vindos dos Estados da Bahia, Paraíba e Pará.

Daqueles que nasceram no Amazonas, somente um era natural da cidade onde foi instalado o *campi*, embora tenha informado que se mudou para Manaus para fazer sua graduação no ano de 1996 e, depois de 11 anos, retorna para cidade para assumir o cargo de professor no Instituto. Esse dado reforça a informação de que até o ano de 2004, pouco antes da implantação da unidade, os egressos do ensino médio que desejassem continuar seus estudos em nível superior somente poderiam se mudassem para a capital onde estavam concentradas as universidades e faculdades públicas ou privadas, e isso nem sempre era possível para todas as famílias.

Da mesma forma que há a presença de muitos estudantes oriundos de outros municípios e até de outros estados, entre os docentes isso também acontece. Do total de docentes que participaram da pesquisa, três não eram do Amazonas, ressalta-se que esse dado é apontado entre os desafios que a instituição enfrenta para fixação desses profissionais, sobretudo, nos *campi* localizados nos municípios do interior. Quase sempre, os que não conseguem se estabelecer na cidade vêm de contextos regionais com melhores condições, seja na infraestrutura das cidades, seja na oferta dos serviços básicos de saúde, educação, transporte, dentre outros, isso faz aumentar o problema com a rotatividade desses profissionais.

São situações que terminam interferindo no processo de ensino e aprendizagem, já que o professor insatisfeito com as suas condições de trabalho tende a desenvolver suas atividades desmotivados, e, por consequência, não motivam os alunos à superação das dificuldades que muitos sentem ao longo dos semestres, dado que grande parte provém de realidades educacionais com muitas defasagens nos níveis anteriores. Nos depoimentos dos dois grupos entrevistados, todos indicaram como importante a relação professor-aluno para superação dos quadros de evasão e retenção nos cursos.

Do ponto de vista das questões mais específicas sobre a permanência dos estudantes nos cursos trabalhadas durante as entrevistas, algumas se destacaram tais como: políticas de acesso e permanência, infraestrutura física da unidade, evasão e retenção nos cursos, dentre outras. Tais questões apareceram nas falas

dos sujeitos e contribuíram para a análise do objeto selecionado para estudo.

No tocante às políticas de permanência, foram analisadas as ações, que em conformidade com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010), estavam sendo desenvolvidas no interior da instituição com a finalidade de assegurar o sucesso nas trajetórias dos jovens em condições de vulnerabilidade social. Docentes e discentes enfatizaram a importância dos auxílios e programas de assistência estudantil. Não houve divergência entre os entrevistados a respeito da relevância que as ações de assistência estudantil desempenham na vida acadêmica dos estudantes daquela instituição. As falas a seguir ilustram tal afirmação:

[...] muito importantes pois auxiliam muito os alunos de outros lugares que estão vindo estudar na instituição. Sem esses auxílios, [...] haveria muito mais evasão. (Docente)

[...] falta para essa questão da permanência um apoio, [...] agora estamos sem assistente social e sem psicólogo, às vezes o problema da permanência deles tem dois aspectos: [...] financeiro e emocional principalmente para quem vem de fora. (Docente)

[...] é o que está segurando quase que 80% dos alunos. [...] tem aqueles casos que a pessoa usa para família inteira. [...] parte dessa bolsa [...] é para comprar material [...] o auxílio moradia é para pagar o aluguel. (Docente)

[...] eu sempre recebi (auxílio), e isso é o que me mantém aqui. Vim sozinha pra cidade. Se não fossem os auxílios, com certeza não estaria mais estudando (estudante)

[...] como eu sou de fora, tenho que pagar aluguel, e o Restaurante Universitário é uma forma de ajuda para se manter aqui. Conheci pessoas que não tiveram condições de ficar aqui e desistiram. (estudante)

Se não fossem esses auxílios, [...] eu não tinha como me manter aqui. [...] nem fazer esse curso em Manaus porque nutrição lá só tem na universidade particular. (estudante)

A análise que pode ser feita a partir desses depoimentos sobre as ações e programas de permanência existentes na unidade foi, no geral, que todos reconheciam tais ações como positivas, tendo em vista as condições socioeconômicas de muitos alunos que entram na instituição. Embora todos também tenham ressaltado que o número ainda é insuficiente para demanda. Em vista disso, ainda há muita evasão de estudantes que interrompem seus cursos ou passam mais tempo do que deveriam para concluí-los.

Verificou-se que as ações e programas de assistência estudantil incidem diretamente nas condições de permanência dos estudantes de baixa renda que acessam os cursos de graduação. Entre o grupo de alunos que participou do estudo, constatou-se que (70%) possuía vínculo com as modalidades de auxílio da época (moradia, acadêmico e o bolsa trabalho) como também faziam uso do Restaurante

Universitário que, por sua vez, se encontra entre as ações de assistência ao estudante do PNAES. Docentes e discentes afirmaram que muitos alunos ainda permanecem estudando porque possuem esses auxílios.

Conclusões

É certo que a expansão desse nível de ensino apresenta um caráter ampliador das oportunidades educacionais para muitos estudantes que estão concluindo o ensino médio e não possuem condições financeiras para se deslocarem para os grandes centros, mas essencialmente, não se pode perder de vista, como defende Leher (2004) e outros autores, que esse favorecimento reafirma também as políticas neoliberais à medida que incentivam o alargamento do mercado educacional promovendo o crescimento das matrículas em instituições privadas com subsídios públicos.

No entanto, é preciso admitir os avanços que o processo de expansão e interiorização da Educação Superior gerou para muitas cidades, no caso desse estudo, a região amazônica. Os avanços podem ser verificados tanto no quantitativo de estudantes que agora conseguem acessar uma formação em nível superior, quanto nas mudanças na infraestrutura sociopolítica, econômica e cultural das cidades que sediam tais instituições. Com mais de 10 anos de funcionamento, de 2010, ano de conclusão das primeiras turmas, até o ano de 2022, a unidade já é responsável pela entrega de mais de mil e duzentos profissionais à sociedade, entre estes, muitos são estudantes de escolas públicas oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo.

Dado o reconhecimento que o estudo possibilitou sobre a importâncias das ações e programas de assistência estudantil no que toca a permanência dos estudantes, e a constatação de que a oferta ainda não é suficiente para a demanda crescente, admite-se a necessidade de que a instituição possa instituir uma política de assistência estudantil como forma de fortalecer a luta pela garantia do acesso, mas também da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social que chegam aos meios universitários com maior frequência.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Assistência Estudantil. Acesso. Permanência.

Referências

BARONI, José Marcelo Biagioni. **Acesso ao ensino superior público:** realidade e alternativas. 2010. 175f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

LEHER, Roberto. Para silenciar os *campi*. Disponível em: <http://www.cedes.inicamp.br>. Acesso em: 24/07/2022. Educ. Soc., Campinas, Vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial – out. 2004.

LIMA, Nara Maciel Falcão. Jovens de camadas populares na Educação Superior pública do Amazonas: acesso e permanência. 2018. 159f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 124-157.

ROJAS SORIANO, Raúl. **Manual de Pesquisa Social**. Trad. De Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ZAGO, Nadir. **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ZAGO, N.; PAIXÃO, L. P.; PEREIRA, T. I. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação Em Foco**, 19(27), 145–169, 2016.